

RECURSO ESPECIAL Nº 1.833.124 - SP (2018/0172548-8)

RELATOR : **MINISTRO OG FERNANDES**
RECORRENTE : TRIÂNGULO DO SOL AUTO ESTRADAS S/A
ADVOGADO : CRISTIANO AUGUSTO MACCAGNAN ROSSI E OUTRO(S) - SP121994
RECORRIDO : COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ
ADVOGADOS : MARCIO LOUZADA CARPENA - SP291371
HELOISA DE BITTENCOURT SOUZA - RS088510
ALEXSANDRO DA SILVA LINCK E OUTRO(S) - SP348747

DECISÃO

Vistos, etc.

Trata-se de recurso especial interposto por Triângulo do Sol Auto Estradas S.A., com amparo na alínea "a" do permissivo constitucional, contra acórdão ementado nos seguintes termos (e-STJ, fl. 356):

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA AÇÃO DECLARATÓRIA CONCESSIONÁRIA DE SERVIÇO PÚBLICO - ADMINISTRAÇÃO DE RODOVIAS - CLASSIFICAÇÃO DA UNIDADE CONSUMIDORA PARA FINS DE TARIFICAÇÃO DA ENERGIA CONSUMIDA ART. 5º, § 6º DA RESOLUÇÃO Nº 414/2010 DA ANEEL CLASSE "ILUMINAÇÃO PÚBLICA" PARA O EFETIVO FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA NA ILUMINAÇÃO DE RUAS, AVENIDAS, ESTRADAS E RODOVIAS, EXCETUADAS AS PRAÇAS DE PEDÁGIO, BASES OPERACIONAIS DA AUTORA, SEMÁFOROS, RADARES E CÂMERAS DE MONITORAMENTO DE TRÂNSITO, QUE RECEBEM CLASSIFICAÇÃO DIVERSA - PARCIAL PROCEDÊNCIA DA AÇÃO RECURSO DA RÉ PARCIALMENTE PROVIDO, E NEGADO PROVIMENTO AO RECURSO DA AUTORA. Sendo a definição de "rodovia" equiparada àquela descrita como bem de uso comum do povo, descrita no art. 99, I, do Código Civil, como estradas e ruas, o fornecimento de energia elétrica para fins de iluminação de rodovias deve receber, portanto, a classificação da unidade consumidora como de "Iluminação Pública", nos termos do art. 5º, § 6º, da Res. Nº 414/10, da ANEEL, não podendo receber tal classificação, contudo, as praças de pedágio, bases operacionais da concessionária administradora de rodovias, semáforos, radares e câmeras de monitoramento de trânsito, recebendo tais dispositivos classificação diversa.

Sem embargos de declaração.

Nas razões do especial, a insurgente sustenta violação dos arts. 99, I, e 103 do Código Civil. Aduz que o fato de certos estabelecimentos da recorrente serem utilizados para a cobrança de pedágio não lhes descaracteriza a natureza pública, o que se observa pelo teor do art.103 do Código Civil. Outrossim,

Superior Tribunal de Justiça

alega que a Concessão de Serviço Público deve ser entendida como um conceito único, com um fim em si mesmo, sendo impossível subdividir a atuação da Concessionária em locais próprios da pessoa jurídica privada que visa a interesses econômicos e locais de característica pública.

Afirma que, "por se tratar de energia elétrica utilizada com o fim eminentemente público, a categoria das contas de energia deveria ser classificada integralmente como iluminação pública, eis que a natureza da atividade principal da Recorrente é a prestação de serviço público e, como se vê, não é qualquer tipo de atividade comercial" (e-STJ, fl. 368).

Às e-STJ, fls. 429-486, a autora peticiona requerendo que seja determinado à recorrida que não suspenda o fornecimento de energia elétrica enquanto a presente discussão não transitar em julgado.

Contrarrazões às e-STJ, fls. 373-381.

Parecer do Ministério Público Federal às e-STJ, fls. 415-419.

É o relatório.

O acórdão impugnado negou provimento ao recurso da concessionária da rodovia estadual amparada nos seguintes fundamentos (fls. 358-361):

Em sua contestação, a ré afirma que nem todas as instalações da autora são utilizadas para a efetiva iluminação pública de vias e estradas, não podendo ser classificada como tal as instalações de uso privado da concessionária.

A r. sentença de fls. 287/294 julgou procedente em parte a ação, para reconhecer que a autora é consumidora de energia elétrica da classe "Iluminação Pública", exceto no que toca às praças de pedágios e bases operacionais.

Pois bem. Dispõe o art. 5º, §6º da Resolução nº 414/2010 da ANEEL o seguinte:

Art. 5º A aplicação das tarifas deve observar as classes e jurídica de direito público ou por esta delegada mediante concessão ou autorização, caracteriza-se pelo fornecimento para iluminação de ruas, praças, avenidas, túneis, passagens subterrâneas, jardins, vias, estradas, passarelas, abrigos de usuários de transportes coletivos, logradouros de uso comum e livre acesso, inclusive a iluminação de monumentos, fachadas, fontes luminosas e obras de arte de valor histórico, cultural ou ambiental, localizadas em áreas públicas e definidas por meio de legislação específica, exceto o fornecimento de energia elétrica que tenha por objetivo qualquer forma de propaganda ou publicidade, ou para realização de atividades que visem a interesses econômicos.

Ora, nos termos da Resolução nº 414/2010 acima transcrita, a classificação de unidade consumidora como "Iluminação Pública" não compreende a totalidade das instalações de energia elétrica da concessionária autora, mas sim e tão somente aquelas onde há efetiva iluminação de "ruas, praças, avenidas, túneis, passagens subterrâneas, jardins, vias, estradas, passarelas, abrigos de usuários de transportes coletivos, logradouros de uso comum e livre acesso".

A autora presta serviços de iluminação das rodovias, estradas, túneis e

logradouros por ela administrados, fato incontroverso nos autos. E as estradas são classificadas no Código Civil como sendo bens de uso comum do povo (art. 99, I). À essa definição pode se estender a expressão "rodovias", valendo destacar ainda que o art. 103 do Código Civil dispõe o seguinte: "O uso comum dos bens públicos pode ser gratuito ou retribuído, conforme for estabelecido legalmente pela entidade a cuja administração pertencerem".

Assim, não há que se falar em classe "comercial" a iluminação de rodovias, devendo, em verdade, ser classificada como "iluminação pública", conforme as considerações acima destacadas.

Contudo, ao contrário do que quer fazer crer a autora/apelante, não podem ser classificadas como "Iluminação Pública" todas as suas instalações, incluindo as praças de pedágio e bases operacionais, ainda que tais locais sirvam de base para a prestação de outros serviços públicos, tais como atendimento médico, auxílio a veículos quebrados/acidentados, banheiros públicos e fornecimento de água, ainda que gratuitos. Isso porque tais serviços estão vinculados a suas atividades comerciais de exploração das rodovias.

Há, portanto, que ser diferenciados os locais em que há efetiva iluminação de vias públicas, como rodovias, estradas, ruas e avenidas, os quais poderão e deverão ser reclassificados com a classe "Iluminação Pública", e os locais que servem de base para os serviços operacionais da autora, que não poderão ser classificados como tal. Isso porque referidos pontos são utilizados como operação comercial da autora.

Logo, deverá ser classificada como "Iluminação Pública" a efetiva iluminação de "ruas, praças, avenidas, túneis, passagens subterrâneas, jardins, vias, estradas, passarelas, abrigos de usuários de transportes coletivos, logradouros de uso comum e livre acesso", nos termos do art. 5º, § 6º, da Res. 414/10, da ANEEL, incluindo nessa classe a iluminação de rodovias, equiparadas à definição de "bem de uso comum do povo" do art. 99, I, do CC.

4. Nas razões do especial, a recorrente sustenta que o entendimento hostilizado esbarra no teor dos artigos 99 e 103 do CC/2002, ao argumento de que "o fato de certos estabelecimentos da recorrente serem utilizados para a cobrança de pedágio não lhes descaracteriza a natureza pública" (fl. 367).

Verifica-se que a decisão combatida foi clara ao sustentar que, nos termos do art. 103 do Código Civil, o uso comum dos bens públicos pode ser gratuito ou retribuído, conforme for estabelecido legalmente pela entidade a cuja administração pertencerem.

No caso, o aresto recorrido transcreveu o art. 5º, § 6º, da Resolução n. 414/2010 da Aneel, que dispõe sobre os critérios para classificação da Iluminação Pública.

Desse modo, a análise da eventual afronta aos arts. 99 e 103 do Código Civil seria eminentemente reflexa, pois advém da interpretação da Resolução n. 414/2010 da Aneel, providência vedada em recurso especial, visto que aquele ato normativo não se enquadra no conceito de lei federal.

Nesse sentido, confira-se:

Superior Tribunal de Justiça

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA. RESOLUÇÃO 414/2010 E 479/2012 DA ANEEL. ATO NORMATIVO QUE NÃO SE ENQUADRA NO CONCEITO DE TRATADO OU LEI FEDERAL. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL NÃO DEMONSTRADO.

[...]

2. O Tribunal de origem resolveu a lide com base na interpretação das Resoluções ANEEL 414/2010 e 479/2012, sendo que o referido ato normativo não se enquadra no conceito de "tratado ou lei federal" de que cuida o art. 105, III, a, da CF. Sendo, portanto, meramente reflexa a vulneração aos dispositivos legais indicados pela agravante.

[...]

4. Agravo interno não provido. (AgInt no REsp 1.618.889/CE, Rel. Min. BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, julgado em 25/10/2018, DJe 5/11/2018)

Ademais, rever as conclusões das instâncias ordinárias quanto aos trechos que devem ser inseridos na classificação pública ou comercial, de acordo com as peculiaridades de cada instalação, demandaria necessariamente o reexame do conjunto fático-probatório, o que é inviável em recurso especial, em razão do óbice da Súmula 7/STJ.

Ante o exposto, com fulcro no art. 932, III, do CPC/2015, não conheço do recurso especial.

Em virtude do julgamento do recurso especial, fica prejudicada a análise do pedido de e-STJ, fls. 429-486.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 02 de outubro de 2019.

Ministro Og Fernandes
Relator